

**ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP**

Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e quinze, às nove horas e trinta minutos, reuniu-se em sua 11ª. Reunião Ordinária o CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP de Paranaguá, na sede da Autoridade Portuária - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, sito na Av. Ayrton Senna da Silva, 161, Paranaguá, Paraná, com a presença dos Srs. Conselheiros: Luiz Henrique Tessutti Dividino, Luiz Teixeira da Silva Junior, Lourenço Fregonese, Maria do Perpétuo Socorro de Oliveira, Gerson Zanetti Faucz, Antonio Pacheco, Rita de Kássia Nanami Abe, Juarez Moraes da Silva, João Gilberto C Freire, Edson Cezar Aguiar, Blásio José Munchen, sob a presidência do Sr. Wilson do Egito Coelho Filho, para tratar da seguinte **Ordem do Dia: 1 Abertura dos Trabalhos; 2. Discussão e Aprovação da Ata relativa à 10ª Reunião Ordinária do CAP/ Pguá; 3 - Relatório da reunião Intersetorial de Dragagem, 3.1. - Discussão do pleito do TCP relativo a errata no processo de revisão do PDZPO 2012 e edição do PDZPO 2014; 4 - Relatório Gerencial da APPA - Representante do Poder Público pela Administração do Porto de Paranaguá - Conselheiro Luiz Teixeira da Silva Junior; 5 - Informações Gerais, 5.1. - Conclusão de definição da composição das Comissões Temáticas Internas do CAP/Pguá, 5.2. - Discussão da evolução do processo de revisão Poligonal/ Porto Organizado; 6 - Expediente, 6.1 - Relatório de Atividades do OGMO, 6.2 - Correspondências Expedidas e Recebidas.** O Sr. Presidente abriu os trabalhos saudando e agradecendo a presença de todos e apresentando a justificativa de Conselhos ausentes. Com relação à Ata da reunião anterior, o Presidente, informou que está em fase de ajustes, brevemente será concluída e passada aos Conselheiros, via email, para manifestação e aprovação. Passando a tratar do próximo item da pauta, a Reunião Intersetorial de Dragagem, o Presidente recordou o recebimento de comunicação na reunião anterior sobre o tema, qual foi levado para Brasília e aberto um processo na SEP. Informou que recebeu a vista do Sr. Luiz Carlos Narok representante do Terminal de Contêineres de Paranaguá - TCP, bem como, que levou para ciência do setor responsável pela área de dragagem todas as informações destes documentos e ainda que a Ata da Reunião Intersetorial de Dragagem, realizada no dia 20 do corrente mês e ano, irá compor a documentação do processo em andamento. Passou a palavra ao Conselheiro Luiz Henrique T. Dividino que após cumprimentar os presentes, destacou a preocupação no bom sentido com relação aos documentos acostados pelas Associações, trazido pelo Conselheiro Juarez Moraes e Silva, quais representam toda a comunidade, relativo a Dragagem de aprofundamento, bem como, informou o recebimento de documento do Sindicato dos Práticos. Como foi um assunto ventilado na reunião passada, a APPA entendeu ser o momento certo, juntamente com a demanda e a



possibilidade de concessão dos canais, para o chamamento de uma reunião intersetorial, qual participaram praticamente todos os seguimentos da comunidade portuária, independente dos membros deste Conselho. Esta reunião ocorreu na segunda feira, dia 20/04/15, contando com um quorum bastante grande, inclusive dos que se manifestaram acerca da dragagem. As associações fizeram apresentações quanto aos seus pleitos, dúvidas e incertezas, que ficaram registradas em Ata. Quanto a algumas duvidas a equipe da APPA esclareceu de pronto quais as condicionantes do edital, que está em fase de detalhamento do projeto que vai ser dragado. Oportunamente será levado a empresa que está fazendo o projeto, na medida em que esta tem um quantitativo para fazer, bem como, o descritivo das necessidades. O que foi discutido na reunião já foi levado a empresa, para terem ciência das manifestações da comunidade e que estas manifestações fossem, na medida do possível, contempladas ou sanadas. Salientou que a Praticagem insistiu no ponto do Plano de sondagem, ou seja, por batimetria, sísmica rasa, que já estão presentes no escopo e informou que haverá uma equipe da APPA para acompanhar os trabalhos da empresa. Mesmo sendo uma demanda da SEP, as colocações da comunidade são válidas para que adiante, qualquer dúvida ou divergência, não acabem por dificultar a concessão do projeto. Na visão da APPA, o INPH, apesar das dificuldades, tem um acervo consistente, ao longo de décadas dedicadas a pesquisa dentre outros temas. Ainda com relação à Reunião Intersetorial de Dragagem, o Conselheiro Luiz Henrique T. Dividino expôs a discussão sobre o que a comunidade entendia por meta, como por exemplo, qual o navio tipo, qual o melhor tipo de canal e suas dimensões. Foram feitas manifestações da comunidade e a APPA corrobora com o que foi dito. As metas são, sem duvidas, algo a ser perseguido por esta Administração, ficando muito claro, que neste momento de projeto da dragagem, não podemos perder este recurso que o governo está direcionando para Paranaguá, depois de tantos anos sem investimentos federais. Ainda destacou outro ponto discutido na referida reunião, sobre a abertura de uma Consulta Publica na SEP para a discussão da concessão de canais de acesso em 03 (três) Portos, sendo o Porto de Santos, Porto de Paranaguá e o Porto do Rio Grande do Sul. Destacou a sua presença entre outros na Consulta Pública presencial em São Paulo, onde foram percebidas muitas incertezas e duvidas com relação qual a forma ou modelo, não somente por parte do Governo Federal, mas principalmente dos que estavam recebendo pela primeira vez as informações e não conheciam direito o tema para terem condições de discutir um tema tão relevante, principalmente por ser uma concessão a longo prazo, pois seria uma concessão de 30 a 50 anos aproximadamente. Durante a reunião a APPA opinou por trazer a discussão para dentro da Comissão de Infraestrutura Portuária do CAP para acompanhar os três temas, mas neste momento focar na eventual concessão, havendo condições de avaliar os prós e os contras deste evento para Paranaguá, entretanto, a manifestação ficará a critério da comunidade. Salientou que pela importância da



mudança que ocorreria em Paranaguá, no caso da concessão acontecer de fato, o CAP deveria se manifestar e se houver concordância na próxima semana poderia ser agendado um encontro para iniciar as discussões sobre o tema. O Presidente evidenciou que o momento é oportuno para manifestações quanto aos ajustes no projeto e que a forma pertinente e bem colocada do documento que o Conselheiro Juarez Moraes e Silva apresentou é possível ajustar o projeto dentro das colocações, embora foi levantada sobre a elevação de custos. Individualmente dificilmente um Porto teria condições de realizar um projeto desse porte somente utilizando o montante arrecadado com a taxa Inframar. Uma coisa que encarece a obra, quando se fala em dragagem, é a mobilização da draga. Neste sentido, foi pensando em fazer blocos de Portos, para mobilizar uma draga para atendimento de mais de um Porto de maneira continuada e agendada, e os custos fossem divididos. A Conselheira Maria do Socorro de Oliveira pediu a palavra e disse que corrobora com a sugestão dada pelo Conselheiro Luiz Henrique T. Dividino quanto a necessidade de manifestação deste Conselho, evidenciou que é importante que haja manifestação da Comissão Interna sobre a dragagem, principalmente, em função dos efeitos que poderão ocorrer futuramente, pois a ideia pode ser muita boa ou pode causar uma situação desastrosa, pois tomando por base o que ocorre em outros Portos do mundo, parece que seria desastroso privatizar a dragagem, ao contrário da cooperação sugerida pelo Presidente, ou seja, a mesma draga que faça a dragagem aqui também faça em Santos e Rio Grande do Sul, acredita ser uma decisão racional. Salientou ainda que não acredita que a privatização da dragagem seja a melhor solução, em outros Portos do mundo, essa medida já teria sido tomada. Solicitou que ficasse registrado em Ata que nenhum Porto desenvolvido do mundo adotou esse regime, tendo em vista que a dragagem é um assunto de estratégia nacional e o Estado é responsável pela infraestrutura, os demais investimentos podem ser custeados pelo privado. O Governo brasileiro não pode abrir mão das suas responsabilidades primárias e está considerando privatizar seja a solução, entretanto, não está considerando os impactos que serão gerados para as futuras gerações. Os Portos brasileiros se encontram em estagnação a anos, se acomodando com a imagem de Portos de 3º mundo, não há sequer a humilde de copiar o que está dando certo em outros países com identificação parecida com o Brasil. Manifestou sua preocupação quanto a fiscalização dos trabalhos de dragagem, e quem ficaria incumbido desta missão, à Autoridade Portuária ou à ANTAQ ou o próprio Governo ficaria a cargo desta fiscalização. Salientou ainda, que em outros países a Autoridade Portuária tem seu reconhecimento, já no Brasil, a Autoridade Portuária está cada vez mais enfraquecida. Quanto a Audiência Pública destacou a falta de informações dos participantes quanto ao tema, justamente no momento em que estamos prestes a decidir um assunto tão relevante. Destacou que o Conselho deve se manifestar, mantendo seu posicionamento pautados nos interesses coletivos. O Sr. Presidente retomou a palavra



esclarecendo que no modelo apresentado na Audiência Pública foi lançado com base na ideia de que a organização durasse alguns anos, porem quando se faz uma concessão, é necessário fazendo um levantamento aprofundado sobre todos os pontos e que poderia ser feito um contrato contínuo de manutenção. O Conselheiro Juarez Moraes e Silva pediu a palavra, destacou que o Conselheiro Luiz Henrique T. Dividino sintetizou bem os últimos episódios que ocorreram sobre este assunto. Destacou que os ajustes no edital de Dragagem da SEP se justificam para ter a cota estabelecida no projeto de 14 metros de profundidade e equivalente a 13,5 de calado. Alguns ajustes são determinantes para que se tenha o resultado esperando, outros poderão ser colocados em etapas subsequentes. Oportunamente, parabenizou a APPA acerca da condução da reunião, possibilitando a toda comunidade se manifestar, contudo, enfatizou a preocupação de todos quanto as colocações feitas pela Praticagem sobre o calado que se manter como esta no projeto, prejudicaria algum tipo de segmento. Aponta a necessidade de revisão neste ponto, pois, não teria sentido aplicar uma alta quantia em dinheiro para não se alcançar o calado pretendido. Com relação ao "Porto de Paranaguá que queremos", o que se conseguiu evoluir, mostra um significativo avanço, seria prudente estabelecer qual navio tipo ideal para navegar na Costa brasileira nos próximos 10 anos. Neste ponto, destaca que a pergunta e a resposta para o que queremos para Paranaguá se encaminha da seguinte forma, queremos um Porto visto como principal ou secundário para qualquer segmento, bem como, é salutar saber qual navio tipo apropriado, quanto isso vai custar, se vai encarecer a carga. Corroborou com as colocações idealistas e com propriedade de conhecimento feitas pela Conselheira Maria do Socorro de Oliveira quanto ao enfraquecimento da Autoridade Portuária e as mudanças da lei sobre o poder de decisão do CAP. É necessário procurar reverter esta lei e, sobretudo, resgatar e fortalecer a Autoridade Portuária e o CAP volte a ter poder deliberativo. Saliou que em função da gestão atual da APPA as discussões e decisões tomadas por este Conselho são outorgadas, mesmo que a lei tenha tirado isso dos CAPs. Com relação a audiência pública destacou que um assunto tão relevante como esse não pode ser tratado da forma que está sendo conduzido, discutindo a privatização em Portos brasileiros, indo contra ao acordado no Plano Nacional de Dragagem (PND) que foi exaustivamente estudado, debatido e conquistado a duras penas, inclusive estando fora da pauta da Audiência Pública. Acrescentou que o Governo está passando por um momento de dificuldade financeira e parece estar fugindo da responsabilidade, sem realizar uma discussão profunda, ampla e responsável sobre qual a melhor técnica a aplicar. Corroborou com a ideia do Conselheiro Luiz Henrique T. Dividino para debater o tema com toda a comunidade portuária local e estadual de modo a discutir os itens dispersos, sem estar tratando de pontos importantes, como quem vai pagar a conta, se teria condições da Inframmar viabilizar esta conta. Entretanto, é preciso analisar quanto as Docas, que não sobreviveriam se tivessem que repassar esta tarifa, ao contrário





CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DO PORTO DE
PARANAGUÁ

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161
Cep: 83203-800 - Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax (41) 3420-1360
www.autoridadeportuaria.pr.gov.br
E-mail: cappgua@appa.pr.gov.br

da APPA que, em função da gestão, teria como pagar a dragagem. Destaca a importância de reunir toda a comunidade e solicitar para que este evento seja feito com responsabilidade, pois mesmo não querendo comparar, isso ocorreu também com a Poligonal, que não se tinha material concreto para a audiência e se definiu no prazo de 30 dias e o resultado está aí, o assunto está sob análise da Justiça Federal. Por ser um assunto de suma importância e estratégico é necessário a discussão de toda comunidade portuária para apresentar suas opiniões, não quanto ao objetivo final, mas pela forma e como o processo está sendo conduzido. O Conselheiro Luiz Henrique T. Dividino acrescentou que o momento é propício, pois o problema da Dragagem não é recente, é um problema que está se arrastando por 50 anos, porém, para se chegar a um consenso é necessário conhecer o assunto e que podem ser discutidos de várias formas, por adesão, registro de preço nacional, e ainda, definir quem poderia participar ou não. Levantou a hipótese de um Porto aderir e outros não. A manifestação da APPA é sempre por discutir amplamente para se chegar a um caminho, porém, esse caminho está criando tantas incertezas que, como colocado pelo Conselheiro Juarez Moraes e Silva, sairia do técnico pra esfera judiciária. Reafirma que discutir o tema ainda é o melhor caminho para se chegar a uma solução. O Conselheiro Blásio Munchen pediu a palavra, destacando que este problema abrange todos os Portos de norte a sul do país, mas que é necessário lembrar que existem situações bem diferentes economicamente entre os Portos. No Porto de Paranaguá tem uma situação financeira estável, com condições de fazer as coisas sem recursos federais, entretanto, há outros em situação deficitária. As ações do Governo levam a crer que há um esforço no sentido de amenizar as pressões, corrigindo o problema de dragagem e aprofundamento. O governo não pode colocar os Portos brasileiros no mesmo patamar, prejudicando os Portos de maneira geral, inclusive o Porto de Paranaguá. O conselheiro Luiz Henrique T. Dividino lembrou que como há a Comissão de Infraestrutura já formada, mesmo não estando completa, nada impediria realizar uma reunião sobre este tema para a próxima semana para que toda comunidade participe desta discussão. Passando a tratar sobre o próximo assunto, o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Luiz Henrique T. Dividino, para explanar sobre a errata no processo de revisão do PDZPO 2012 e edição do PDZPO 2014 pleiteada pelo TCP, esclareceu que após a apresentação final do PDZPO/2014, o Conselheiro Juarez Moraes e Silva identificou que existiam trechos que foram suprimidos em função de ter sido feito um resumo. Salientou que a APPA já analisou o tema, solicitou ao Presidente que seja levado a Comissão do PDZPO para avaliação sobre a supressão do texto. O conselheiro Juarez Moraes e Silva destacou que existem trechos do textos que ficaram de fora da revisão do PDZPO/2012, e são trechos que auxiliam em processos da SEP e ANTAQ sobre a matéria. Em seguida, foi passada a palavra ao Conselheiro Lourenço Fregonese para a apresentação do Relatório Gerencial da APPA (em anexo). Oportunamente, o Conselheiro

informou que dia 17 do corrente mês e ano, entrou em vigor a nova Lei do Caminhoneiro e que estão todos temerosos e preocupados com os resultados da aplicação desta lei com relação ao transporte de carga para os Portos brasileiros. A Conselheira Maria do Socorro Oliveira pediu a palavra para lembrar os comentários do Sr. Fayet, que dizia que se o dólar chegasse a R\$ 3,00, considerava que neste valor a situação da balança comercial no país iria melhorar. O Sr. Nilson Hanke pediu a palavra e acrescentou que para haver melhor receita cambial o adequado seria o dólar custar R\$ 2,80, influenciando diretamente na balança comercial do agronegócio. O Conselheiro Luiz Henrique T. Dividino acrescentou que é possível verificar avanços de gestão operacional, no que tange o trabalho conduzido pelo Diretor Luiz Teixeira da Silva Junior, que ultrapassa os muros do Porto, dentro da administração está se chegando muito perto do possível, incluindo os Terminais e o conjunto de Operadores Portuários. Há também uma parceria com a Praticagem que já tem trazido resultados, mas que vamos sentir os ganhos mais longo prazo. Na oportunidade, parabenizou os Terminais Portuários que se mostram cada vez mais parceiros engajados quanto a melhoria da produtividade. Acrescentou também quanto as colocações do Conselheiro Lourenço Fregonese no que diz respeito a nova legislação dos caminhoneiros, é assunto que vai se tornar grave, na medida em que não se consegue medir as 5 horas trabalhadas, estabelecida na referida lei. A lei original não ficou com uma redação muito boa e parece que a revisão também não trouxe uma melhora. Salaria que não é uma crítica, pois entende a dificuldade de se regulamentar este seguimento, mas se não ficar estabelecido fronteiras para os exportadores, no que tange o controle dos caminhões, poderemos ter problemas gravíssimos no sentido da falta de definição de quando começa a contar as cinco horas previstas e se tem alguma medida diferente caso o caminhão esteja dentro do Pátio de Triagem ao atingir as cinco horas. Foi feita uma consulta pelo Governo Federal se teríamos condições de transformar o Pátio de Triagem em área de repouso, porém, não estamos medindo esforços para aumentar a movimentação dos caminhões, embora há quem queria transformar o Pátio de Triagem em dormitório. O Presidente perguntou qual o tempo médio de permanência de um caminhão no Pátio de Triagem. O Conselheiro Lourenço Fregonese respondeu que a média anual é de 08 horas, entretanto, os caminhões acabam fazendo sua própria média. A preocupação maior é que se houver um não cumprimento dessas 5 horas, quem será responsabilizado, a quem caberá o ônus, ao caminhoneiro, o dono da carga ou para Autoridade Portuária. O Conselheiro Luiz Henrique T. Dividino complementou dizendo que por haver uma rotina no Pátio de Triagem, na entrada o caminhão é registrado pela classificação do produto, confronta o produto com a amostra se está dentro dos padrões, só assim será considerado apto para descarregar a carga. O Conselheiro Juarez Moraes e Silva complementou as informações do Conselheiro Lourenço Fregonese quanto a fila de contêineres, é um setor que movimenta em média 1.600 caminhões



por dia, ou seja, 1/3 da movimentação do Porto, 98% dos caminhões com menos de 1 hora de espera entre o momento da chegada e entrada no Gate. Destacou que na semana passada houve uma crise, que ocorre todos os anos, com o evento da chegada do ano chinês e neste período nenhum navio sai da Ásia, passando esse evento houve um pico de chegada de caminhões. O Conselheiro Lourenço Fregonese complementou que sua preocupação é com todos os Portos nacionais. Retomando a palavra, o Sr. Presidente passou para o seguinte assunto da Pauta, sobre a evolução do processo de revisão Poligonal/ Porto Organizado. O Conselheiro Luiz Henrique T. Dividino pediu a palavra para expor sobre o aspecto da Poligonal, temos em média 08 ações impedindo o prosseguimento da Consulta Pública, algumas delas foram superadas, porém, outras que são intransponíveis e a discussão continua nesta semana. Da parte da APPA, salientou que o CONSAD solicitou um estudo que será levado para apreciação na próxima reunião do Conselho de Administração e havendo aprovação dos Conselheiros na próxima reunião do CAP é possível fazer uma apresentação para que todos tenham conhecimentos do andamento deste processo. O Presidente destacou a relevância da Poligonal tanto para o Porto de Paranaguá quanto a cidade. Quanto ao tema seguinte da Pauta, o Presidente salientou que ainda há necessidade de ajustes quanto às Comissões Internas do CAP e passou a palavra ao Conselheiro Luiz Henrique T. Dividino para explicar sobre o assunto. O Conselheiro ressaltou que há necessidade de preenchimento das Comissões por parte do Poder Público e como somente a ANVISA não participa de nenhuma, e sugeriu que seja encaminhada uma correspondência do CAP para verificar a possibilidade de participação nas Comissões Internas do CAP, bem como, com a mudança do Chefe da ANVISA, seria prudente indicar novos participantes para que a SEP faça as alterações necessárias. Oportunamente, o Sr. Presidente cumprimentou o Sr. Argyris Ikonomou que está assumindo a Diretoria do SINDAPAR. O Conselheiro Luiz Henrique T. Dividino pediu a palavra para abordar um assunto solicitado pelo ex Conselheiro, Sr. Fayet, que nos trouxe uma preocupação que chegou ao Ministério da Agricultura, quanto ao tema denominado "Detation", é um assunto que está muito ligado ao Corredor de Exportação, é uma relação comercial entre o afretador e o embarcador, pode se traduzir em uma penalidade em função da carga não estar presente no momento da programação. O Sr. Fayet pediu para que fosse discutido dentro do CAP e o Conselheiro Luiz Henrique T. Dividino sugeriu a discussão do tema seja feita pela Comissão de Fomento e Produtividade. O Conselheiro Juarez Moraes e Silva pediu a palavra, expôs um assunto muito relevante para a competitividade, informou que irá apresentar um estudo para a Comissão de Fomento sobre o imposto de ICMS sobre a importação, que se dividido em importação comercial e importação industrial. Na esfera comercial, em Santa Catarina há alíquotas concedendo regimes do Paraná para embarcarem pelo Porto deste Estado. Acrescentou ainda, que uma decisão do Supremo Tribunal Federal agravou ainda mais este





CONSELHO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DO PORTO DE
PARANAGUÁ

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161
Cep: 83203-800 - Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax (41) 3420 -1360
www.autoridadeportuaria.pr.gov.br
E-mail: cappgua@appa.pr.gov.br

quadro, afetando a indústria e a competitividade comercial paranaense. O Presidente destacou que há um projeto de reforma tributária para se acabar com o ICMS criando outro imposto. Por fim, a próxima reunião ficou agendada para o dia 21 de maio de 2015. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos, sendo esta Ata lavrada lida e aprovada por todos os Conselheiros presentes assinada em lista anexa.



Avenida Ayrton Senna da Silva, 161

Cep: 83203-800 - Paranaguá - PR

Tel. (41) 3420-1142 - Fax (41) 3420-1360

www.autoridadeportuaria.pr.gov.br

E-mail: cap.pgua@appa.pr.gov.br

LISTA DE PRESENÇA

11º REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP

DATA: 23 DE ABRIL DE 2015.

HORA: 09:30

PARA CONSELHEIROS

Nome	Entidade	Assinatura
Rita Ale	Prefeitura Paranaguá	
Luiz Augusto	APPA	
GERSON ZANETTI FAUZZO	RFB	
LOURENÇO FREIGONSE	A.P.P.A	
LUÍZ TEIXEIRA S. JÚN.	A.P.P.A	
ERSON CEZAR AGUIAR	SINDOP	
JOÃO GILBERTO C. FERREIRA	ABIPA	
Manoel do Carmo	Trabalhadores	
JUANES MORAES	ABTP	
Blásio J. Minchen	ACIAP	
ANTONIOLO PACHECO	CPPR	
WILSON DO EGITO	SEP	

